

### **Introdução**

Entidade pioneira e das mais representativas da ação coletiva do Alto-Médio São Francisco, a Fundação de Desenvolvimento Integrado do São Francisco (Fundifran), criada pela Diocese de Barra em 1971, tinha como meta a promoção humana no Vale do São Francisco. Neste artigo busco deslindar a atuação da Fundação de Desenvolvimento Integrado do São Francisco – Fundifran no Médio São Francisco Baiano, destacando suas propostas, seu papel nos conflitos fundiários da região e ligação com o movimento social.

### **Histórico da Fundifran**

A Fundifran foi criada em 6 de agosto de 1971, como entidade jurídica ligada à Diocese de Barra – Bahia, localizada no Vale do São Francisco, mais precisamente no Médio São Francisco<sup>1</sup>, uma das áreas mais pobres, isoladas e “atrasadas” da Bahia, pela iniciativa do Bispo D. Thiago Gerard Cloin<sup>2</sup> (1967-1976) e do Padre jesuíta Fred da Costa e Silva – o primeiro presidente da entidade.

Em linhas gerais, pode-se afirmar que a Fundifran foi criada por influência do intenso momento de transformação pela qual passava a Igreja Católica<sup>3</sup>. D. Tiago Cloin,

---

\*Este artigo foi desenvolvido e estimulado pela parceria (informal) da autora com o GeografAR do Instituto da Geociências da Universidade Federal da Bahia e Ufba. O trabalho é intitulado **Acesso a Terra e Desenvolvimento Territorial no Médio São Francisco** e foi, em parte, financiado pelo Natural Research Institute (NIR).

\*\*Professora Adjunto da Universidade do Estado da Bahia – Campus V

<sup>1</sup> Baseando-se no seu curso, a área que compreende o Rio São Francisco é assim dividida: Alto São Francisco, Médio São Francisco e Baixo São Francisco. Tendo em vista as diferenciações encontradas no seu curso Médio, este é subdividido em Médio Superior (também denominado de Alto-Médio) e Inferior (Baixo-Médio) O Médio São Francisco Baiano compreende a área situada no Médio Inferior (dos limites dos estados de Minas Gerais e Bahia até o município de Remanso). Grosso modo, a região em estudo, qual seja, a área que abrangia a antiga Diocese de Barra, está localizada numa porção do Médio Inferior. Em razão da recente territorialização do espaço rural brasileiro empreendida pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério de Desenvolvimento Agrário, essa área localizava-se no Território de Desenvolvimento Rural Sustentável Velho Chico. Após a mudança da nomenclatura, os Territórios Rurais passaram a ser denominados de Territórios da Cidadania ou Territórios de Identidade.

<sup>2</sup> Pequena biografia de D. Tiago Cloin encontrada nos arquivos da Fundifran.

<sup>3</sup> Entre 1962 e 1965 realizou-se o chamado Concílio Vaticano II<sup>3</sup> que apontaria novos caminhos para a relação entre o clero e os fiéis, ao tempo em que também, definia um novo modo da instituição conceber as relações sociais e sua relação com os Estados nacionais. O Concílio Vaticano II oportunizou a realização da II Conferência de Medellín/Colômbia (1968) - e da III Conferência de

segundo entrevistados, havia abraçado a concepção de uma Igreja militante, em consonância com princípios daquilo que se configuraria como a Teologia da Libertação. Tendo isso em vista, não titubeou quando o Padre Fred chegou a Barra propondo a criação de uma entidade voltada para o combate à pobreza e ao desenvolvimento social. Para tanto, colocou todos os bens da Diocese à disposição da entidade e mobilizou seu pequeno corpo de auxiliares.

Embora constituída por um clero diminuto, naquele momento, a Diocese de Barra era considerada rica, pois, além do Palácio Episcopal e várias edificações na sede episcopal, possuía as duas fazendas. Convém salientar que a propriedade desses bens, especialmente das fazendas, causava constrangimento ao bispo, que desde que chegara a Diocese demonstrara interesse em se desfazer das mesmas, uma vez que a II Conferência de Puebla preconizava uma Igreja voltada para os pobres e despreendida de bens materiais<sup>4</sup>. Também os diretores e técnicos da Fundifran passaram a questionar a condição de grande proprietária de bens imóveis da Diocese, preconizando a venda imediata de uma das fazendas. Contudo, a entidade defendia a continuidade do controle da fazenda Bethsaide, visando transformá-la numa fazenda modelo; um campo de experimentações no que diz respeito à irrigação, uso de sementes melhoradas e de gado de raça. Pelos planos da Fundifran, a Fazenda Bethsaide funcionaria com uma espécie de referência para os camponeses, uma vez que desenvolveria projetos de inovações técnicas e de convivência com o semi-árido. Em que pese os esforços dos técnicos, as ações desenvolvidas na fazenda, ao que consta, não obtiveram sucesso e ela era considerada deficitária.

Para levar a efeito a criação da entidade e em cumprimento às exigências legais, a mesma recebeu em doação vários bens da Diocese, inclusive, o Palácio Episcopal, fato que causou estranhamento aos paroquianos, especialmente, à elite econômica barrense, que, a despeito de momentâneo entusiasmo em relação à entidade, passou a mantê-la sob suspeição, não envidando esforço em combatê-la. A doação desses bens, convém

---

Puebla/México (1979). A primeira Conferência deu ensejo à criação da chamada Teologia da Libertação, que dividiria o clero latino-americano em duas correntes ou tendências: os progressistas – um clero voltado para a defesa da justiça social e da participação política - e os conservadores – voltados para a defesa da fé e da espiritualidade.

<sup>4</sup> Não custa recordar que no mesmo período, o arcebispo de São Paulo - D. Paulo Evaristo Arns e o de Fortaleza – D. José de Medeiros Delgado – venderam os Palácios Episcopais, instalando-se em residências situadas em bairros de classe média.

reiterar, constituía-se em ponto de tensão, envolvendo, além das elites barrense, párocos não identificados com as ações da Fundifran (alguns, inclusive, jogavam no campo da esquerda, como era o caso do pároco de Xique-Xique) e paroquianos. Esses grupos, articulados ou não, sempre moveram ações no sentido de questionar a doação, pregando a total devolução dos bens consignados à entidade.

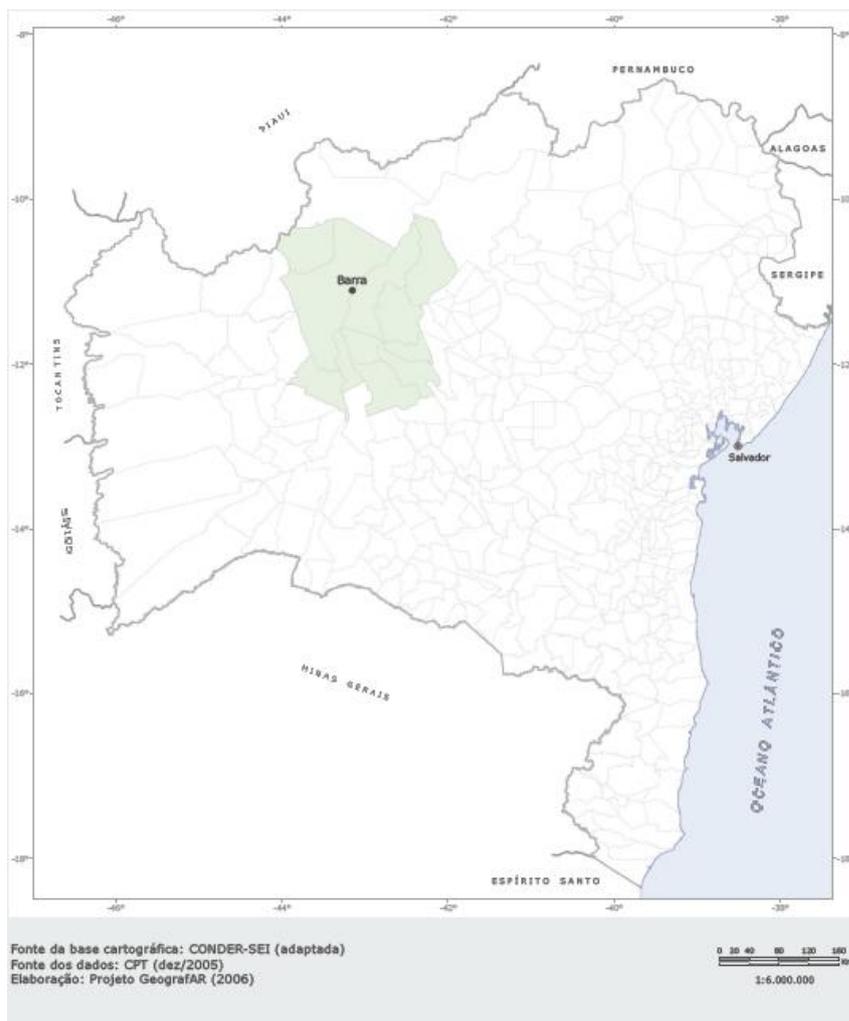
Após a criação da entidade, seus mentores partiram em direção a vários países da Europa, bem como dos Estados Unidos e do Canadá, visando angariar recursos para os projetos que tinham em mente desenvolver junto às comunidades mais carentes da Diocese de Barra. Desde o princípio de sua atuação e por mais de uma década, a entidade contou com o apoio de várias agências internacionais sediadas na Europa, nos Estados Unidos e no Canadá, pois, naquele momento, havia um clima favorável por parte da chamada cooperação internacional em atuar na América Latina e no Caribe. Ambas os recortes histórico-espaciais apresentavam razoável desempenho econômico, mas tinham péssimos indicadores sociais. Além do mais, na América Latina, a exceção da Venezuela e da Colômbia, vivia-se sob a égide dos regimes de exceção e nelas registravam-se a atuação de grupos guerrilheiros de caráter marxista e ou nacionalista. Convinha, portanto, à cooperação internacional dar suporte as entidades que defendessem a democracia, a justiça social e a participação popular.

Além de contar com apoio da cooperação internacional, em 1973, a Fundifran tornou-se parceria do governo federal, através de assinatura de convênio com a Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural). O convênio visava a instalação de ambulatórios. Dois foram instalados na sede municipal de Barra e de Ibotirama. Além deles, foram criados mini-ambulatórios em Buritirama e outras localidades da Diocese. De modo geral, os ambulatórios prestavam serviços de clínica médica, atendendo basicamente pacientes que alegavam sofrer de “doenças de pobreza”, dentre outras. Periodicamente, os ambulatórios promoviam campanhas de saúde bucal e procediam a extrações dentárias. Também promoviam campanha de vacinação (especialmente varíola) e ofereciam curso de formação de parteiras leigas. Aliás, o corpo de funcionários dos ambulatórios era muito respeitado nas localidades nas quais atuaram e até hoje antigos pacientes se lembram dos funcionários com simpatia.

Dentro do caráter formativo e educativo a comunicação social tinha papel de relevo. Para isso, a entidade montou em vários municípios da Diocese um sistema de

rádio local – através de alto-falantes. Logo após, investiu na criação de rádios difusoras de caráter educativo e comunitário – nos moldes das atuais rádios comunitárias –, nos municípios nos quais atuava diretamente – Barra, Xique-Xique e Ibotirama, obtendo, segundo relato de dois entrevistados, recursos no exterior par tal fim. Enviada ao Departamento Nacional de Telecomunicações (Dentel), a proposta foi indeferida. A negativa do órgão ligado ao Ministério das Comunicações, certamente se deu em razão da desconfiança e das reservas que a atuação da entidade despertava, especialmente nas elites políticas dos municípios nos quais atuava mais diretamente.

Os 26 municípios que compunham a Diocese, à época da fundação da entidade, eram dominados por uma oligarquia regional, materializada no coronelismo, no clientelismo e no mandonismo local. Embora as principais lideranças do regime militar (1964-1985) atacassem as práticas coronelísticas, as oligarquias regionais deram-lhe apoio, recebendo em troca sustentação, consubstanciada em políticas voltadas para o atendimento de suas demandas e interesses e para manutenção de sua clientela. Também continuaram a usar e abusar do uso da força contra os movimentos sociais/de trabalhadores ou contra quem quer que seja que questionasse seus poderes e práticas. Especialmente, no Médio São Francisco, tradicionalmente marcado pela violência e pelos desmandos dos coronéis, o cerceamento era sufocante. Foi nesse quadro que a Fundifran passou a atuar.



### A atuação e projetos

O organograma da Fundifran compreendia uma direção, uma secretaria executiva<sup>5</sup> e três equipes técnicas. Pelo menos em tese, as coordenadas e linha de atuação eram determinadas na Assembléia Geral, realizada anualmente. O trabalho de campo se consubstanciava através das equipes situadas em Xique-Xique, Ibotirama e Barra. Este último município sediou a entidade até meados de 1980, quando o escritório central foi transferido para Xique-Xique (1986-2000) e, posteriormente, para Ibotirama,

<sup>5</sup> Escolhida entre os funcionários da entidade, a partir de uma lista tríplice de acordo com a votação do conjunto dos funcionários da Fundação.

onde se encontra na atualidade. A Assembléia Geral era composta por uma miscelânea de forças representativas de várias instâncias de poderes ou grupos sociais e classistas<sup>6</sup> (QUEIROZ JUNIOR, 1990: 4), evidenciando a preocupação da entidade em desenvolver projeto considerado inovador, conciliando interesses, sem confrontar as forças do regime e sem despertar aberta oposição das oligarquias regionais.

O número de presentes às assembleias anuais não permite afirmar se todos os membros com direito a voto prestigiavam o ato, mas importa reconhecer que a composição da Assembléia, dentre outras ações e práticas, joga por terra, a concepção de que Fundifran a entidade nasceu marcada pelo contraponto com o capital e de oposição ao regime. Importa chamar a atenção para um rico imaginário criado em torno da entidade. Qual era esse imaginário? Havia um estigma de que a entidade fora constituída com a finalidade de contestar as oligarquias regionais e de marcar um campo de atuação que minasse seu poder, colocando o socialismo como perspectiva. Na verdade, esse imaginário não era novo nem foi criado pelas oligarquias sanfranciscanas. Interessava as forças dominantes associar a atuação das ONGs à contestação ao sistema vigente e colocá-las na órbita dos interesses do comunismo internacional<sup>7</sup>. Suspeitando de tudo que pudesse representar risco ao seu domínio e interesses, as elites dos municípios de Barra, Ibotirama e Xique-Xique, em especial, sabidamente reproduziram o discurso, disseminando-o entre as comunidades alvo da entidade.

Em relação ao fato, não podemos desconsiderar dois aspectos importantes. Primeiro, a Fundifran nasceu sob o signo do Concílio Vaticano II e da Conferência Episcopal de Medellín, tendo seus fundadores simpatia pela Teologia da Libertação.

---

<sup>6</sup> A Assembléia era composta por: Igreja (representante da Diocese de Barra, todo o clero diocesano, três representantes de cada um dos conselhos Paroquiais, um representante do Ceas, um representante da Ceris e um representante de congregações religiosas ou denominadas evangélicas), órgãos Executivos e governamentais (os prefeitos dos municípios da diocese em que a Fundação esteja instalada, um representante do Governo do Estado da Bahia, um representante do Governo Federal, um representante das Forças Armadas, um representante da Diretoria Estadual do Ministério da Agricultura, um representante do Funrural), organizações classistas (representantes da Federação dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais da Bahia, representante da Federação de Agricultura, um representante de cada Sindicato rural dos municípios onde a Fundifran esteja incluída), Magistratura (todos os juizes de direito das comarcas onde a Fundifran esteja instalada. Queiroz Júnior, 1990, p. 3-4.

<sup>7</sup> Nos arquivos da Fundifran foram encontrados inúmeras revistas, algumas publicadas no exterior, contendo matérias que ou associavam as ONGs aos grupos esquerdistas ou as colocavam sob suspeição. Tudo indica que essas matérias tinham o intuito de minar as doações das agências internacionais, restringindo o campo de atuação dessas entidades.

Segundo, a maioria de seus técnicos e assessores era jovens recém formados, muitos deles simpatizantes do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), afinados com a perspectiva da transformação social. Em geral, vinham dos centros urbanos (alguns do Centro-Sul) e traziam consigo costumes e atitudes diferenciadas. Certamente isso impactava a população local, causando suspeição e estranhamentos, inclusive, do clero diocesano. Segundo, devido ao atraso da região e a obtusidade de suas elites, quaisquer agentes políticos que não estivessem sob seu controle e atrelados aos seus desígnios representavam, ameaça, devendo ser vista sob suspeição e conforme o caso, combatida. Não é por outra razão que a despeito de protagonizar um projeto dentro dos marcos do capital (e poderia ser diferente?), a entidade passou a ser vista como subversiva, sofrendo isolamento e perseguições em todos os municípios nos quais atuava. E as perseguições passaram a ser mais virulentas, cada vez que a entidade se enlaçava na defesa dos camponeses expropriados.

Esses jovens tinham comportamentos e atitudes dissonantes, reforçando o imaginário criado a respeito deles e da entidade na qual trabalhavam. Sobre esse imaginário, um entrevistado relata um fato bastante curioso e ilustrativo:

Senhor Betinho - A Fundifran tinha um trabalho numa ilha.

Ely – Como era o nome?

Senhor Betinho - Ilha do Amalhador, em Xique-Xique. Isso aconteceu com o Thomé e com o Dr. Edvanir [José Edvanir]. Na Ilha do Amalhador, as pessoas eram muito desconfiadas com a Fundifran, com essa história de comunista. Ia haver um encontro aqui na Barra. Eles foram convidados para uma reunião, mas ninguém quis vir. Aí, um senhor, um tal de Zé Baiano. Ele até morreu tem pouco tempo. Ele disse que vinha para a reunião. Quando o pessoal da Fundifran saiu... O pessoal disse: mas rapaz você não vai... Logo, Edvanir usava o cabelo muito grande, até ele parecia, lembrava a figura de Tiradentes. Barbudo e os cabelão liso assim...bem cumprido. O pessoal falou para ele na vir. [O senhor] ficou desconfiado e disse o pessoal vai me matar por aí. Mas, ele disse: agora não tem mais jeito. Já dei minha palavra. O pessoal disse: não volta de jeito nenhum. Insistiu que ele não viesse. Ele queira cumprir a palavra. Tudo bem, o que ele fez? Pegou uma faca, afiou e dizia: eles podem até me matar, mas eu, se eu puder eu mato eles primeiro. Afiou uma faca e levou porque se houvesse qualquer reação, ele está pronto para reagir. Quando foi na hora marcada, o pessoal passou lá com a lancha. E ele embarcou na lancha. Vinha na lancha, além do piloto, mais uma moça que trabalhava - uma técnica - Ivete. E Edvanir também. Thomé muito brincalhão.

Ely- Thomé Carneiro?

Betinho – Thomé Carneiro. Naquele tempo, como nas comunidades não tinham alojamento... Eles usavam rede nas comunidades. Eles traziam. Esse senhor, Zé Baiano viajou desconfiado, só viajou porque tinha dado a palavra, não voltava atrás. Ele viu a corda e perguntou: Thomé pra que essa corda?

Thomé era muito brincalhão e disse: para te amarrar e jogar dentro do rio. Aí Zé Baiano... o velho ficou apavorado. Mas, aí vai, vem, muita brincadeira. Ele ficou na dele. E não aconteceu nada... E ele ficou na dele. Só esperando. Na reunião, muito falatório e a comida era farta... Eu sei que Zé Baiano fez foi adorar o diacho da reunião. Quando chegou lá [na Ilha do Amalhador], ele disse: não perco mais uma reunião da Fundifran. Eles não matam ninguém, não joga ninguém no rio e tem muita comida<sup>8</sup>

O imaginário chegou a ser tão disseminado entre as comunidades, que no fundo, até seus beneficiários nutriam dúvidas em relação ao significado e aos propósitos da mesma. Sensível a isso, a equipe de avaliação externa em visita às comunidades de Xique-Xique instou os beneficiários a falarem sobre a entidade. Um dos entrevistados disse: “Ninguém conhece a Fundifran. Nunca vi o chefe da Fundifran e então não sei explicar. Quem é o chefe? De onde vem?” (1982: 41). No mesmo diapasão, disse outro: “Continua a desconfiança do povo com a Fundifran... comunista. Dinheiro vem não sei de onde” (RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO EXTERNA, 1982: 41). No mesmo relatório, mas numa comunidade atendida pelo escritório de Ibotirama (comunidade de Alegre), a equipe registrou as seguintes respostas a pergunta: “O que vocês acham que é a Fundifran?” “A Fundifran é um órgão para ajudar os pequenos lavradores. Outros disseram que é um órgão para desenvolver a mente dos pobres, para um caminho melhor. Outros acharam que ela é comunista” (1982: 190). A equipe registra a seguinte resposta para a pergunta: “Vocês sabem de onde vem este dinheiro que a Fundifran labuta e com ele paga o pessoal que trabalha nela, que empresta?” “Uns disseram que era do Bispo D. Orlando, outros do Bispo de Recife e um do Barreiro, disse que era do comunismo” (idem, *ibidem*).

Padre Luiz Ferdinando Costa e Silva (padre Fred)<sup>9</sup> relatou que, por várias vezes, D. Avelar Brandão Vilela – arcebispo primaz da Bahia – o convocou para comunicar que recebera queixa sobre a Fundifran e que algumas vezes fora chamado para prestar esclarecimentos sobre a atuação da entidade no IV Exército. Os relatórios da Fundifran referem-se às perseguições e aos processos movidos contra a entidade. Na “abertura democrática”, o escritório em Ibotirama foi invadido pelo delegado do município visando intimidar membros de sua equipe técnica<sup>10</sup>.

---

<sup>8</sup> Belmiro Cardoso dos Santos (Sr. Betinho). Entrevista concedida à autora em Barra, 2006.

<sup>9</sup> Entrevista concedida à autora, em Baturité (CE), em 2005.

<sup>10</sup> Tudo indica que a transferência da sede da entidade de Barra para Xique-Xique se deu em razão das pressões e do isolamento que a entidade sofreu, quando, a partir dos anos 80 do século passado,

A direção da Fundifran era composta pela presidência e vice-presidência, por um secretário geral e um tesoureiro. Além disso, havia um conselho fiscal e mensalmente havia uma Assembléia Ordinária. A diretoria tinha mandato de 2 (dois) anos, com direito a recondução. O primeiro presidente da entidade foi o padre Fred Costa e Silva que foi reconduzido ao cargo até 1978, quando perdeu a presidência para o bispo D. Orlando Otacílio Dotti, que era seu vice-presidente desde 1976. Visando dar funcionalidade à entidade, em 1978, foi criada a Equipe Técnica Central – ETC e também o Plano Orçamentário de Trabalho – POTL.

Quando da morte de D. Tiago, o novo bispo – D. Orlando Octacílio Dotti (1976-1983), aliás, com experiência no trato com fundações, empreendeu gestões para a paulatina devolução dos bens doados à entidade. Fato que se concretizou integralmente durante o zelo pastoral do Bispo D. Itamar Vian (1984-1995).

Após receber de volta alguns bens que repassara à entidade, a Diocese resolveu desfazer-se de parte de seu patrimônio, especialmente das fazendas. A primeira da qual se desfez era a mais extensa e ficava localizada no município de Barra. A referida fazenda foi dividida em três partes. Uma foi vendida, a outra foi dividida antes seus posseiros e agregados; a terceira parte foi doada aos posseiros expropriados de uma fazenda localizada em área hoje pertencente ao município de Muquém do São Francisco. Posteriormente (1982), a Diocese vendeu a Fazenda Bethsaide, não sem antes indenizar seus funcionários e os 12 posseiros que viviam nos povoados existentes dentro da Fazenda – Angicos (RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO EXTERNA, 1982: 126). Além da venda das fazendas, a Diocese vendeu seu rebanho (aproximadamente 250 cabeças) e doou várias residências aos seus moradores ou inquilinos. Segundo o ex-bispo de Barra D. Orlando Otacílio Dotti, parte dos recursos angariados com a venda da fazenda e do rebanho foram investidos na compra de 8 pequenos escritórios em Belo Horizonte e são os aluguéis destes imóveis que cobrem as despesas do Palácio Episcopal.

Além de contar com os bens patrimoniais da Igreja, a entidade mantinha convênio com a Fundação Nacional de Amparo ao Trabalhador Rural (Funrural),

---

assumiu linha de atuação marcadamente ligada às lutas do campesinato, envolvendo-se em praticamente todos os conflitos fundiários que tiveram lugar nos municípios da Diocese.

mantendo projeto de medicina preventiva. Somente em meados de 1980, os dois ambulatórios foram desativados e os espaços nos quais funcionava, ao que tudo indica, foram repassados às prefeituras ou voltaram às mãos da Igreja (como é o caso de Barra).

Ainda não se dispõem de dados relacionados ao aporte de recursos remetidos à entidade pelas agências patrocinadoras de suas atividades, cabendo salientar, entretanto, que, no imaginário de alguns dos entrevistados, inclusive de ex-funcionários, a entidade tinha um orçamento superior ao dos três municípios nos quais atuava mais diretamente. É bem provável que isso teria acontecido, pois a exceção do Fundo de Participação dos Municípios (IPM)<sup>11</sup>, as prefeituras não recebiam recursos regulares, dependendo das *benesses* dos políticos arenistas que tivessem mais proximidades com o governo do estado e ou com membros do escalão federal.

A partir de fins de 1980, os convênios firmados entre a entidade e essas agências sofreram reestruturação e muitos não foram renovados. Na atualidade, segundo informações, a entidade mantém suas atividades basicamente com recursos provenientes de convênios firmados com o governado federal e de fonte proveniente dos dois imóveis que se encontram alugados.

### **Linha de atuação.**

Traçado em linhas gerais o perfil da Fundifran, é possível pontuar sua identidade política? Analisando mais especificamente a relação das ONGs com o Estado, Ilse Scherer- Warrem identificou quatro matrizes discursivas (ou seriam identidades políticas?), a saber: neomarxistas, teologia da libertação, neanarquista e articulista (1995: 165). Para Ana Cláudia Chaves Teixeira (2003), o perfil traçado por Scherer-Warren contém limites e não dá conta da realidade do leque de ONGs atuantes no Brasil. Que diz Scherer-Warren sobre cada uma das linhas apontadas? Grosso modo, a primeira linha pensa as transformações no processo de lutas de classe e na tomada do poder do Estado; a segunda resulta da combinação do paradigma marxista à matriz cristã. “As ONGs que fazem parte dessa matriz valorizam o saber popular, a pedagogia do ‘ver, julgar, agir’, a prática de apenas coordenar ou estimular grupos. A transformação, diferente da matriz marxista, passa pela ética e pela transformação cristã dos indivíduos. Outra diferença em relação à matriz marxista é que o caráter de direção

---

<sup>11</sup> O Fundo de Participação dos Municípios foi criado pela LEI 5.172/1966 (LEI ORDINÁRIA) de 25/10/1966

dos movimentos está ausente. Não há necessidade de um partido que dirija as experiências dos movimentos sociais” (2003: 52). A matriz neoanarquista pensa os sujeitos sociais na sua pluralidade e sob opressões múltiplas e oriundas de relações variadas. “Concebe a transformação como micrológica, cotidiana. Rejeita a política institucional (porque esta seria centralizadora e autoritária)” (TEIXEIRA, 2003: 54). Por fim, a matriz articulista está voltada para a organização da sociedade civil, implicando numa descentralização do poder.

Em qual dessas linhas se inscreve a experiência da Fundifran? É possível traçar nesses quase quarenta anos de atuação sua (s) identidade (s) política? Talvez não seja conveniente operar com o conceito de identidade política, mas de linha de atuação. Tendo isso em vista, convém reconhecer que a atuação da entidade, desde sua fundação até o momento, passou por três fases distintas. Em todas essas fases predominou o hibridismo.

Nas duas primeiras vigoraram uma junção entre o assistencialismo característico da Igreja Católica, aspectos da teologia da libertação e da linha articulista. Na terceira fase, parece haver uma junção da articulista e um forte espírito de sobrevivência.

### **A primeira Fase**

Da sua fundação até fins de 1970, a entidade adotou uma linha política voltada para a promoção social e apesar de se colocar como contraponto aos projetos desenvolvimentistas do Estado, em alguns aspectos operou como um braço dele, conseguindo no máximo, nas palavras de Luiz Gonzaga Queiroz Júnior, “substituir o coronel, o político, o Estado, dando aos trabalhadores a assistência necessária para manter a ilusão de que a conceitual ‘participação’ estava mudando toda lógica das relações sociais, de produção e de dominação tácita” (1990: 08).

Talvez o fato tenha ocorrido pela carência das comunidades e pelo reconhecimento de que os órgãos públicos estavam completamente ausentes de suas vidas e de que elas precisavam de amparo e assistência. No entanto, havia preocupação de que as ações e as diretrizes estivessem conectadas à realidade da população local e que contassem com sua participação. Fundamentada em pesquisa realizada junto aos principais municípios que formavam a Diocese (Barra, Barreiras, Xique-Xique, Ibotirama, Barra do Mendes e Irecê), a entidade implementou na região uma política

que combinava ações assistenciais e de cunho político/formativo, assumindo no que diz respeito a alguns aspectos, de certo modo, o papel do Estado, passando a desenvolver ações nos campos da medicina preventiva, da educação, da higiene, bem como projetos de cunho comunitário, voltados à participação popular.

Os projetos voltados para o fortalecimento do campesinato e de caráter comunitário se consubstanciaram através do Fundo Agrícola Rotativo (FAR), consistindo em empréstimo de sementes e recursos aos pequenos agricultores sem juros. Poucos beneficiários pagavam os recursos tomados. No relatório externo dos anos de 1979-81 há registro de que “tudo indica que mais da metade dos lavradores financiados nos plantios de vazante e chuva permanecem em dívida com a Fundifran, no caso com a equipe de Xique-Xique ( p. 19). Sobre isso relatou um beneficiário: “A gente nunca pagou. Não temos condições de retornar. Depois de dois anos sem pagar, achamos que a Fundifran não vai mais ter condições de nos emprestar” (1982: 42).

O Fundo de Ação Comunitário (FAC) consistia em apoio às obras de infraestrutura nas comunidades, tais como: construção de escolas, casas de farinhas, centros comunitários, entre outras. Dentro do espírito da promoção do “desenvolvimento comunitário” e de convivência com o semi-árido, a entidade atuou na promoção da agricultura irrigada, obtendo, pelo que consta, sucesso em algumas comunidades, a exemplo de Estreito (município de Barra). No povoado de Palmeira (Central) desenvolveu diversas ações, consubstanciadas na criação de escolas, lavanderias e casas de farinha. O último povoado, segundo Sr. Betinho<sup>12</sup> - motorista aposentado da entidade – o trabalho comunitário surtiu efeito e a comunidade começou a demonstrar autonomia, passando a realizar ações sem a presença dos técnicos da entidade. Além disso, o trabalho da entidade visava à formação política e comunitária do campesinato, tendo atuado, inclusive, na Diocese de Bom Jesus da Lapa, separada de Barra antes da fundação da entidade.

### **Segunda Fase**

Após a morte de D. Tiago Cloin, a entidade sofre ponto de inflexão. Em 1978, teve sua diretoria modificada, registrando-se, inclusive, disputa entre o novo Bispo da Diocese de Barra, Dom Orlando Octacílio Dotti e o presidente da entidade (e um de

---

<sup>12</sup> Entrevista concedida à autora, em Barra, 2006.

seus principais articuladores), o padre jesuíta Luiz Ferdnando Torres da Costa e Silva. Tudo indica que a contenda se deu em razão de dois projetos políticos que estavam em pauta na entidade. O grupo capitaneado por D. Orlando defendia projeto no qual a entidade se colocaria como assessoria às comunidades, continuando o trabalho formativo e à atuação política. Enquanto, o padre Fred pensava que a entidade deveria manter seu caráter formativo, mas com cunho empreendedor, buscando sua autonomia financeira, de modo a investir nas comunidades. Não é possível afirmar se naquele momento havia clareza quanto aos projetos, mas consta na ata de uma das Assembléia a proposta de uma sociedade da entidade com a Fazenda Mangal, do Grupo Roriz, através da qual, buscava-se captar recursos do Banco do Nordeste para financiamento de projetos de investimentos. A proposta foi rechaçada. Contudo, tivemos acesso à documentação dando conta que a entidade chegou a comprar ações da empresa, que mais tarde faliu, tendo suas terras sendo desapropriada para fins de Reforma Agrária. Infelizmente, não sabemos como a Fundifran operou com o prejuízo e se foi ressarcida ou não pelo Grupo Mangal.

Após a saída do Padre Fred Costa e Silva, a entidade sofreu modificação no que toca à sua linha de atuação, tendo as atividades assistenciais e de fomento perdido espaço. A Fundifran redirecionava sua política, colocando-se como uma entidade de assessoria ao homem do campo, que no momento passava por pressões e agressões provenientes do latifúndio, da chamada modernização conservadora e das forças do Estado ditatorial.

A nova conjunta política, com certeza, teve papel destacado na mudança de posição da entidade. Derrotado nas eleições parlamentares de 1974<sup>13</sup>, o regime militar dava sinais de exaustão e logo em seguida, o presidente Geisel passou a falar em “abertura lenta, gradual e segura”. Em 1977, o movimento estudantil dava sinais de existência e a União Nacional dos Estudantes (UNE) era recriada em Salvador dois anos depois; os comitês de campanha pela anistia ampla, geral e irrestrita cresciam e no ABC paulista, os metalúrgicos se levantaram, exigindo melhorias salariais e o fim do estado de exceção.

---

<sup>13</sup> Convém chamar a atenção para o fato de que o regime militar no Brasil não fechou o parlamento, mas cerceou-lhe a atuação, através do Ato Institucional no. 5 (AI5 como se tornou conhecido). Contudo, em 1977, após a outorga de um conjunto de leis, denominado pela imprensa e pela oposição de “Pacote de Abril”, o parlamento foi temporariamente fechado.

Nesse ínterim, os chamados Novos Movimentos Sociais ganharam visibilidade (GOHN), 2006). Questionavam a ditadura e a violação dos direitos humanos e também as práticas políticas centralizadoras e com viés autoritários dos partidos operários de matriz marxista/leninista, apontando uma nova forma de participação política (GOHN, 2006; SADER, 1988). Em geral, esses Novos Movimentos Sociais eram estimulados e apoiados pelas Comunidades Eclesiais de Base e demais organismos ligados à Igreja Católica. Sem dúvida, as resistências empreendidas pelas CEB e pelos Novos Movimentos Sociais, bem como de uma série de outros agentes de contestação concorreram para minar a sustentação ao regime militar. Desgastado pela crise econômica que se arrastava desde o choque do petróleo, em 1979, o governo do general João Batista Figueiredo assinava a Lei de Anistia, inaugurando, digamos assim, a chamada abertura democrática, preconizada pelo General Ernesto Geisel. A abertura democrática possibilitou a que as tensões existentes na sociedade aflorassem em toda sua dimensão. E isso aconteceu também no Vale do São Francisco.

O Vale do São Francisco é marcado pelo latifúndio e pela concentração fundiária<sup>14</sup>, portanto, as tensões estavam relacionadas, sobretudo, à questão da terra, uma vez que a área passou a ser vista pelas áreas de planejamento do governo federal como zona de fronteira agrícola.

Na verdade, a intervenção no Vale do São Francisco antecedeu a chamada modernização conservadora do campo. Pode-se afirmar que, no período republicano, foi em fins dos anos 40 do século passado, que as políticas voltadas para o desenvolvimento do Vale do São Francisco passaram a ser implementadas. Exatamente, em 1948, para cumprir preceito constitucional, criou-se a Companhia do Vale do São Francisco (CVSF). Recebendo o organismo dotação orçamentária de 1% da renda nacional, voltada às áreas de saúde, educação, transporte, energia, controle da utilização das águas, desenvolvimento da irrigação, reflorestamento e defesa dos interesses coletivos, inclusive pela desapropriação das áreas necessárias. Articulada à

---

<sup>14</sup> O índice de Gini da região registra alta concentração. Tomando por base a classificação de Lourival Câmara, doze dos dezoito municípios do Médio São Francisco (66,67%) apresentam um grau de concentração “forte a muito forte”. Destes destacam-se os municípios de Barra, Sítio do Mato e Malhada com 0,959; 0,928 e 0,910, respectivamente. Estes três municípios situam-se à margem do rio São Francisco, localização historicamente disputada pelos grandes proprietários de terra. Germani, Guiomar Inez *et al.* Acesso à terra e desenvolvimento territorial no semi-árido nordestino. CD, Salvador: NRI, UFBA, UFRB, UFC, 2008

Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE –, criada uma década depois, a CVSF, que seria mais tarde substituída pela Superintendência do Vale do São Francisco – SUVALE –, criada em 1967, e tempos depois pela Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – CODEVASF (criada em 1974), implementou vários projetos que, sem dúvida, resultaram na criação de obras de infraestrutura e de pólos de desenvolvimento como, por exemplo, o de Juazeiro/Petrolina.

Dentro dos marcos da política desenvolvimentista que se avizinhava, verificou-se, em 1945, também a criação da Companhia Hidroelétrica do Rio São Francisco, responsável pela construção das Hidrelétricas de Três Marias (Minas Gerais), Paulo Afonso (Bahia/Pernambuco), Sobradinho (Bahia), Itaparica (Bahia/Pernambuco) e Xingó (Alagoas/ Sergipe). Também a construção de Brasília trouxe impactos à região do São Francisco, bem como a todo o oeste baiano.

No entanto, é a partir da década de 70 do século passado que se destaca uma maior intervenção governamental no MSF por meio da construção de rodovias e da implantação de projetos de irrigação. Neste diapasão, em princípios de 1970, foi criado o PROVALE (Decreto Lei nº 1.207, de 07. 02.1972) com o objetivo de modernizar e dinamizar a região. Dentre outros aspectos, o projeto priorizava a proteção das margens e melhoria da navegabilidade do rio São Francisco; obras de urbanização, infra-estrutura social e de saneamento; implantação de projetos de reflorestamentos e de irrigação; criação de parques nacionais; e construção de rodovias. Destacando-se a BR-242 que liga Barreiras a Ibotirama e mais tarde da ponte sobre o rio São Francisco no trecho entre a última cidade e o município de Muquém do São Francisco. Também a construção da rodovia Brasília-Ilhéus, passando pela cidade santuário de Bom Jesus da Lapa, propiciou desenvolvimento à região, pois é por esta rodovia que grande parte dos grãos produzidos em Barreiras (Bahia) e adjacências é exportado.

Na chamada transição democrática, o interesse pelo Vale do São Francisco parece ter se redobrado. A criação do Plano Diretor do Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Plasvasf) pelo governo federal em convênio com a Organização dos Estados Americanos (OEA), como chama atenção José Jorge de Carvalho, marcaria profundamente a relação com a terra na região. Apresentado na Câmara dos Deputados em 1991, o Plavassf, consistiria em um projeto voltado para a realização de irrigação, formação de empresas, intervenção na atividade pesqueira e na produção e

beneficiamento de grãos (CARVALHO, 1996: 80), enfim na instalação do agronegócio.

As intervenções no Vale do São Francisco, com suas reverberações na região em estudo – o Médio São Francisco na sua porção baiana – efetivadas plenamente ou não, resultaram em profundas transformações no espaço sanfranciscano, destacando-se: o rompimento secular do isolamento da região, a ligação aos centros mais dinâmicos do país, a urbanização, a formação de uma classe média ligada aos setores de serviço e de uma burocracia de Estado. No entanto, ele foi ineficiente no combate à pobreza e ao “atraso” de amplos setores da população ribeirinha e *beradera*<sup>15</sup>, merecendo, portanto, críticas de estudiosos da região.

Esse conjunto de mudanças rompeu o secular isolamento da região, mas se mostrou ineficiente no combate à pobreza e ao “atraso” de amplos setores da população ribeirinha e *beradera*, merecendo, portanto, críticas de estudiosos da região. Na verdade, conforme salienta Luciene Rodrigues, persistem a hierarquização social e a desigualdade de condição de vida entre segmentos da população, tanto em áreas rurais quanto urbanas. Para a autora, ao contrário de diminuir as desigualdades sociais na região, a ação do Estado “contribuiu para o fortalecimento da burguesia e a criação de uma classe média no setor de serviços” (RODRIGUES, 1998, p. 23). Além do mais, esses projetos foram incapazes de gerar números significativos de empregos, retendo a mão-de-obra antes dedicada à agricultura de subsistência. Pelo contrário, gerou expropriação, obrigando os camponeses à experiência da migração. Os campos “limpos” do trabalho camponês dariam lugar à soja, ao cultivo irrigado, à produção algodoeira, a pastagem e a área de reserva de valor de latifundiários e do agronegócio.

Diante da expropriação do campesinato, a Fundifran redirecionou sua linha de atuação, envolvendo-se em inúmeros conflitos na região, registrando-se, inclusive, o assassinato, em 1986, de um dos seus diretores, Josiel Lima – o Jota – e de um camponês ligado à entidade, Manuel Dias.

### **A terceira Fase**

Após 1990, a entidade passou por grave crise financeira, exigindo, inclusive, a

---

<sup>15</sup>Designação da população que além de viver às margens do Rio São Francisco tira dele o seu sustento. Mais detalhes: Estrela, 2004.

extinção de cargos. Em seguida, a sede de Barra foi fechada e a de Xique-Xique passou a funcionar com limitações. Aliás, é a partir deste ano que, segundo Maria da Glória Gohn, “os movimentos sociais e as ONGs latinas passaram a viver a mais grave crise econômico-financeira desde que foram criados” (2006, p. 230). A crise tornou-se mais aguda durante o governo do presidente Fernando Collor de Mello, quando, como política de combate à inflação, confiscou-se poupadores e correntistas (que possuíam montante acima do valor estipulado). Depois do confisco, segundo senhor Betinho, os funcionários da entidade ficaram um ano sem receber seus salários, recorrendo a empréstimos e auxílio de amigos e familiares. Ele mesmo vendeu um automóvel para sobreviver e emprestar recursos para os colegas e amigos.

Por conta da crise e das pressões das agências internacionais – alinhadas às diretrizes do Banco Mundial, como chama atenção Teixeira (2003: 109) -, a diretoria da Fundifran redirecionou mais uma vez sua política, assumindo seu papel de articuladora e mediadora na relação entre os camponeses e o Estado. Embora em nenhum momento tivesse abandonado o apoio às lutas dos camponeses em conflitos fundiários, adotou um viés agroecológico, de apoio ao associativismo e ao empreendedorismo rural.

Dispondo de um corpo técnico qualificado para os padrões regionais e com capacidade de articulação com os movimentos sociais atuantes na região, tornou-se, durante a primeira gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, entidade com maior canal de interlocução com a Secretaria de Desenvolvimento Sustentável (SDS) do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) na região, sobretudo, após sua escolha pelo Conselho de entidade que compõem o Território de Desenvolvimento Sustentável Velho Chico (Estes territórios, atualmente, são denominados de Território de Identidade ou de Cidadania), em entidade *referencia* ou *proponente* (junho de 2004), participando do Comitê Diretivo (ou Comitê Gestor) e do Núcleo Técnico do Território. Foi do seu quadro que saiu o articulador do Território.

### **Apoiando a organização dos trabalhadores e os movimentos sociais**

Em que pese as dificuldades de definição de sua identidade política, mas ousada e demonstrando capacidade de articulação, a Fundifran participou de todos os momentos da vida política dos municípios nos quais atuava e apoiou todas as formas de organização dos trabalhadores da sua área de atuação<sup>16</sup>. A partir da consulta dos seus

---

<sup>16</sup>Quando a fundação do Partido dos Trabalhadores ensaiava seus primeiros passos, membros da diretoria

arquivos, têm-se informações de que a entidade apoiou a luta das oposições sindicais, dos pescadores; esteve envolvida na criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT); estimulou a luta das comunidades negras rurais quilombolas; discutiu a emergência/resistência indígena; levantou o debate sobre a questão de gênero, étnica e ambientalista, dentre outras. Além disso, envolveu-se intensamente na criação dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais. Em relação a estas organizações classistas, convém ressaltar que, a maioria delas, foi fundada durante o regime militar, praticamente, sem a participação efetiva de suas bases e associados.

Um pouco antes da transição democrática, apoiados pela Fundifran e pela CPT de Bom Jesus da Lapa<sup>17</sup>, os agricultores não só começam a participar das ações sindicais, como passaram a articular a formação de chapas de oposição aos dirigentes considerados “pelegos” e vinculados às oligarquias regionais. A partir da vitória de algumas dessas chapas de oposição, em fins de 1970, os sindicatos assumem novas diretrizes políticas e formas mais articuladas, formando, inclusive, os chamados pólos sindicais. Também estimulados pela Fundifran, começaram as primeiras reuniões para a formação da capatazia e de colônias de pescadores em municípios como Barra e Xique-Xique. Ao contrário do que possa transparecer, a relação entre a Fundifran e as organizações citadas quase sempre foi entremeada por divergências e por pontos de tensões. Na percepção de entrevistados, não obstante estimular e apoiar as organizações sindicais e associativas, a falta de definição política, a rotatividade dos técnicos e o caráter autoritário de alguns deles, motivavam as divergências e tensões.

Os estranhamentos certamente eram decorrentes de um fato corriqueiro: depois que os sindicatos ou pólos sindicais se formaram ou se consolidavam como órgãos classistas buscavam sua autonomia, entrando muitas vezes em choque com as orientações das entidades mediadoras.

---

e ou da equipe técnica da entidade mobilizaram-se, criando núcleos do partido nos municípios nos quais atuavam. Durante a campanha denominada **Diretas Já**, realizada em 1984, visando restaurar eleições diretas para a presidência da República, a entidade teve papel de relevo nas mobilizações nos municípios nos quais atuava.

<sup>17</sup> Fundada em 1975, em Goiânia, a entidade é diretamente vinculada a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). A Comissão Pastoral da Terra de Barra (CPT), ligada à Diocese de Barra foi fundada um pouco depois, mas nunca teve o mesmo poder de mobilização da de Bom Jesus da Lapa ou da CPT de Juazeiro, somente para citar os organismos atuantes no Médio São Francisco.

Partindo-se da documentação consultada e das entrevistas, pode-se perceber que havia também tensões e estranhamento entre a Fundifran e demais coletivos atuantes na área da Diocese. Aliás, a equipe que elaborou o Relatório de Avaliação Externa registrou claramente tensões entre a entidade e a Escola Família Rural, a ponto desta ter solicitado à Diocese “escolher para atuar comunidades onde a Fundifran não estivesse atuando (...)” (1982: 117). Parte desse estranhamento carregava as marcas das disputas de espaço e de projetos políticos, levados a efeito pela entidade e religiosos (afinados ou não com a Teologia da Libertação), bem como de outras instituições que atuavam na região. Parte é motivada pela visão diferenciada no que tange ao papel da ação coletiva e da relação dos coletivos com o Estado. Para se ter uma idéia, desde que se envolveu na formação do Territorial de Desenvolvimento Sustentável Velho Chico, a entidade tem sido vista de soslaio por algumas outras organizações que atuam no campo popular.

Salientamos acima que a questão de terra era (e é) central no Alto-Médio São Francisco. Quando a transição democrática teve início (coincidindo com a enorme pressão exercida pelos latifundiários contra as áreas sob domínio dos camponeses), a luta pela terra e na terra ganhou dimensão. Juntamente com a CPT, a Fundifran esteve no centro do conflito. A luta da comunidade rural negra do Rio das Rãs (município de Bom Jesus da Lapa-Bahia) pela permanência na terra, certamente, marcou a atuação da entidade numa conjuntura ainda adversa, mas que foi se reconfigurando no decorrer da luta. Tudo começou em 1977, quando os moradores da Fazenda Rio das Rãs passaram a ser molestados por supostos proprietários das terras nas quais viviam desde tempos imemoriais. Conectada com as demandas e interesses dos trabalhadores, a Fundifran deu-lhes apoio e assessoria (ESTRELA: 2010).

Embora tenha se especializado em todas as regiões do estado da Bahia<sup>18</sup>, o MST não tem grande visibilidade na porção do Médio São Francisco em estudo. Primeiro porque essa área guarda uma especificidade em relação às demais da Bahia. Nela predomina a luta na terra, ou seja, os camponeses ensinam a permanência no lote onde vivem, sob ameaça de expropriação de fazendeiros e grileiros. Guiomar Germani *et al* afirma em relação à região: “a perspectiva é que a questão quilombola adquira maior protagonismo que a luta por Reforma Agrária o mesmo ocorrendo em outras regiões do

---

<sup>18</sup> Segundo Santos (2004: 84), o MST começou sua inserção na Bahia em 1986, mas a primeira ocupação ocorreu em 1987, no Extremo Sul do estado (2004: 84).

Estado” (2008: 155). Segundo porque o papel desempenhado pelo MST foi ofuscado por um conjunto de movimentos (alguns seus dissidentes), tais como: Movimento de Luta pela Terra (MLT), Organização, Terra e Luta (OTL), Movimento Estadual dos Assentados e Acampados (CETA), dentre outros. Contudo, o último Movimento é o mais espacializado e com maior visibilidade na região.

A Fundifran também apoiou demandas das comunidades de Fundo de Pasto.  
Sistema

produtivo que se caracteriza pela prática da criação extensiva de caprinos e ovinos em áreas compartilhadas ou de uso comunitário. Além de praticar a agricultura de subsistência no período chuvoso, a unidade familiar mantém a produção, o manejo e a comercialização do rebanho. Para Angelina Garcez (1997: 148), o sistema tinha grande incidência no Nordeste do estado, mas atualmente, o sistema está confinado em pequenas faixas nas quais predomina a escassez de água e o bioma caatinga é dominante. Na região de caatinga, o Fundo de Pasto encontra-se nos municípios de Oliveira dos Brejinhos, Brotas de Macaúbas, Canudos, Uauá e Casa Nova. No cerrado encontra-se no município de Buritirama, localizado no Oeste baiano.

Durante o processo da chamada “fome de terras” houve um avanço em direção as áreas de Fundo de Pasto na região em apreço. As agressões ao sistema de Fundo de Pasto se consubstanciaram, especialmente, após aprovação da “Lei dos 04 fios”, através da qual se obrigava a delimitação das propriedades ou das áreas de criatórios com a feitura de cercas de 4 fios de arame. Tendo o apoio e a assessoria da Fundifran, na década de 80 do século passado, os sítios e as comunidades passaram a se organizar como pessoa jurídica, visando receber o título coletivo da terra, de acordo com a Lei de Terra da Bahia. Desse modo, são criadas as Associações de Fundo de Pasto. Foi a partir das pressões das Associações e mais tarde da central Fundo de Pasto que os órgãos públicos começaram a desenvolver ações pontuais no sentido de proteger o sistema produtivo que se encontrava sob ameaça.

### **Considerações Finais**

Em que pese críticas e estranhamentos, o reconhecimento do papel da Fundifran na sua área de atuação é inconteste. Os entrevistados ressaltam o importante papel da entidade na elasticidade da ação coletiva na sua área de atuação e na criação e

consolidação de organismo de classe, de caráter associativo e dos movimentos sociais. Além disso, reconhecem-na como inovadora, articuladora e mediadora. Alguns, a exemplo dos entrevistados pela equipe de Avaliação Externa, tantas vezes referida neste trabalho, destacaram as medidas de cunho social empreendidas pela entidade. No entanto, convém ressaltar que, do que se depreende da documentação consultada e das entrevistas colhidas, é que todas as energias da entidade estiveram canalizadas para uma atuação verticalizada, qual seja: a relação entre os grupos sociais e o Estado. Talvez o fato explique a razão pela qual as comunidades atendidas e beneficiadas, a despeito do reconhecimento do importante papel nelas exercido pela entidade, sempre mantiveram frágil articulação entre si e as ações de solidariedade entre elas foram pouco expressivas. O fato da Fundifran se tornar na atualidade a articuladora do Território Sustentável Velho Chico revela que sua concepção de articulação e participação popular pouco mudou, predominando o foco na verticalidade e nas relações assimétricas.

#### Fontes Orais

Alfredo Gonçalves dos Santos  
Anésio Ribeiro dos Santos  
Antonio Rodrigues de Souza (Antônio de Marcolino)  
Belmiro Cardoso dos Santos (Betinho)  
Boaventura Gomes de Almeida  
Carlos Pereira  
Dermeval Oliveira  
Francisco Rodrigues Soares  
Francisco dos Santos (Chiota)  
João Lino  
José Bonifácio  
Josefa Elze de Jesus  
Josias Pereira de Souza  
Jonas Paulo Oliveira Neres  
Lourival Soares Gusmão  
Luiz Ferdnando Torres da Costa e Silva  
Luiz Flávio Cáppio (Dom)  
Kátia do Vale dos Santos  
Paulo Cunha  
Orlando Octacílio Dotti (Dom)  
Taciana Oliveira

## Referências

- ARAÚJO, Eduardo Jordão de. Relatório de Visita à Fundifran. Campina Grande, 1985.
- BOER, Jacobus Josephus & FERREIRA, Luiz Gonzaga Rodrigues. Fundifran. Relatório de Avaliação Externa (1979-1981). Salvador, 1982, p. 88.
- BRITO, Gilmário Moreira. *Pau de colher: na letra e na voz*. São Paulo: EDUC/FAPESP, 1998.
- CADERNOS DO CEAS. O Médio São Francisco. Confins do Sertão Baiano. Salvador: Caderno do Ceas, no. 26, agosto de 1973.
- CAMADAROBA, Joana & BATTISTEL, Arlindo Itacir. *Barra. Um retrato do Brasil*. Porto Alegre: Edições Est, 1999.
- ESTRELA, Ely Souza. Três felicidades e um desengano: a experiência dos beraderos de Sobradinho em Serra do Ramalho-Bahia. São Paulo, Programa de História Social (tese de doutoramento), Pontifícia Católica de São Paulo, 2004.
- ESTRELA, Ely. ESTRELA, Ely (2010). ? Ropiendo el cerco? La actuación del Tercer Sector y de los movimientos sociales em el Médio São Francisco Bahiano (1971-2006). In: BASCONSUELO, Célia; MOREL, Teresita et al. Ciudadanía territorial y movimientos sociales. História y nuevas problemáticas en el escenario latinoamericano y mundial. Rio Cuarto. Ediciones del Icala.
- FUNDIFRAN. Que Fundifran é esta? Relatório Geral de Avaliação. Sd. s/l.
- FUNDIFRAN. Relatório da Reunião da ETC. Xique-Xique, 1988.
- FUNDIFRAN. Ata da Assembléia Geral Extraordinária da Fundifran. Barra, 20/08/1978.
- FUNDIFRAN. Violência no campo no município de Barra. Barra, 1990.
- FUNDIFRAN. Relatório da Reunião Geral com D. Orlando Dotti. Barra, 1981.
- GARCEZ, Angelina. *Em torno da propriedade da terra*. Salvador: Arembepe, 1997.
- GERMANI, Guiomar Inez et al. Acesso à terra e desenvolvimento territorial no semi-árido nordestino. Salvador: NRI, UFBA, UFRB, UFC (CD-meio digital), 2008.
- GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos Movimentos sociais. Paradigmas clássicos e contemporâneos*. 5ª ed., São Paulo: Edições Loyola, 2006.
- MELUCCI, Alberto. “Asumir un compromiso: identidad y movilización en los movimientos sociales”. En *Revista Zona Abierta*. Madri: 1994, no. 69.
- MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Articulando Políticas Públicas e Demandas Sociais. Brasília, 2005. www.mda.gov.br.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. *Catálogo. ONGs no Desenvolvimento Rural*. Brasília: Nead, 2008.
- RELATÓRIO DA OFICINA TERRITORIAL DO TERRITÓRIO VELHO CHICO. Ibotirama, 8/2005, p. 1-20.

QUEIROZ JÚNIOR, Luiz Gonzaga. Fundifran: passado, presente e futuro. Muitas incertezas e poucas alternativas. Ibotirama, 1990.

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO EXTERNA. Salvador, 1982.

RODRIGUES, Luciene. Investimento Agrícola e o Grande Projeto Jafba. Uma Interpretação: 1970/1996. Tese, F.F.L.C.H.- USP, 1998

SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena. Experiência e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

SANTOS, Cirlene Jeane e Santos. O processo de territorialização do MST no projeto de assentamento Eldorado a partir de sua espacialização no Estado da Bahia. Salvador, Departamento de Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal da Bahia (dissert. de mestrado), 2004.

TEIXEIRA, Ana Cláudia Chaves. *Identidades em construção. As organizações não-governamentais no processo de democratização*. São Paulo: Annablume, 2003.

SCHERER-WARREN, Ilse et al. *Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais*. São Paulo/Florianópolis: Cortez/Editora da Universidade Federal de Santa Catarina, 1995.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes de Movimentos Sociais*. 2ª. Ed., São Paulo: Loyola, 1996.

SCHERER-WARREN, Ilse, VIOLA, E. J, KRISCHKE, P (orgs). Crise política, movimentos sociais e cidadania. Florianópolis: Editora da UFSC, 1989.

SCHERER-WARREN, Ilse e Krischke, Paulo J (orgs). *Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

Sites consultados

[http://serv-std-1.mda.gov.br/biblioteca\\_virtual/pdrs/pdrs-ba-velho-chico.doc](http://serv-std-1.mda.gov.br/biblioteca_virtual/pdrs/pdrs-ba-velho-chico.doc). Acesso em 07/07/2009

<http://www.palmares.gov.br>. Acesso em 05/07/2009